

## Domingo, 6 de fevereiro de 2022

### Ao invés de conceder reajuste salarial, governo quer aumentar valor de benefícios

Desde que Bolsonaro anunciou que reservaria uma verba de R\$ 1,7 bilhão para aumentar o salário das carreiras policiais, em uma manobra eleitoreira, a batata está assando no Palácio do Planalto. E, se depender de nós servidores públicos, ela vai queimar.

Esta semana, dois atos demonstraram que o governo Bolsonaro quer fazer qualquer negociata, menos reajustar os proventos dos funcionários públicos, que estão há seis anos sem receber aumento salarial.

Primeiro, Paulo Guedes quis convencer a cúpula do governo de que se Bolsonaro conceder um reajuste a todas as categorias, ele não conseguirá se reeleger, segundo ele, porque a inflação vai aumentar, querendo mais uma vez jogar o povo brasileiro contra os servidores públicos.

“A inflação está descontrolada porque aumentamos os salários dos marajás”, Guedes dirá. Os marajás, contudo, são os enfermeiros de hospital público, os professores de escola pública, o funcionário do INSS.

Outra alternativa proposta por Bolsonaro para driblar a nossa reivindicação por reajuste é elevar o valor dos benefícios de todas as categorias. Segundo ele, o governo usaria os R\$ 1,7 bilhão, já aprovado no Orçamento de 2022 e que seria destinado ao aumento dos salários dos policiais, para aumentar benefícios como auxílio-alimentação e auxílio pré-escolar.

Hoje, o auxílio-alimentação dos servidores ativos do Executivo é de R\$ 458 mensais, exceto aqueles que estão afastados por licença-capacitação de longa duração ou por cessão a organismos internacionais. Os aposentados e pensionistas também ficariam de fora desse “aumento”.

Já o auxílio pré-escolar, pago a funcionários ativos com filhos de até seis anos, com valor de até R\$ 321 mensais, também teria aumento. Quem não tem filhos entre 0 e 6 anos, porém, ficaria de fora do “aumento”, não sendo beneficiado com a proposta de Bolsonaro.

No Legislativo, os servidores recebem R\$ 982,29 de auxílio-alimentação e R\$ 798,42 de auxílio pré-escolar, segundo dados de dezembro de 2021. No Judiciário, es-

ses valores são de R\$ 910,08 e R\$ 719,62, respectivamente.

Para conseguir avançar com a proposta, o governo precisa propor a mudança na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2022 ao Congresso. O governo tem até março para definir como usar o valor, uma vez que a lei eleitoral proíbe aumento de benefícios nas vésperas das eleições.

O atual texto da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2001) determina que é nulo o ato que promova reajuste ou reestruturação de carreira a menos de seis meses do fim do mandato (fim de junho).

O Fonasefe encaminhou um ofício ao ministro da Economia, Paulo Guedes, pedindo aumento salarial de 19,99%. Sabemos que se Guedes aplicar os R\$ 1,7 bilhão aumentando apenas os benefícios, o reajuste seria apenas de 0,5%, o que vai gerar uma reação ainda mais adversa dos servidores públicos.

“O movimento sindical não vê com bons olhos essa proposta do governo porque ela não resolve a questão principal que é a defasagem salarial e não contempla toda a categoria. A grande maioria dos servidores, como aposentados, pensionistas e trabalhadores sem filhos, deixarão de ter qualquer reajuste”, avalia José Bonifácio, dirigente da direção Executiva do Sindsprev-PE e da CNTSS.

Por isso, enquanto Bolsonaro não nos atende, vamos mostrar nossa força. Confira nosso calendário de manifestações:

**02/02/22** - Atividade simbólica, como parte do processo de mobilização pela recomposição emergencial, em Brasília/DF, com faixaço por todo o País nos órgãos e prédios públicos;

**07 a 11/02/22** - Rodada de plenárias estaduais e atividades virtuais “Reposição emergencial para todas e todos: 19,99% já!”;

**14 a 25/02/22** - Jornada de Luta em estado de greve;

**09/03/22** - Greve Nacional dos(as) servidores(as) Federais. (se aprovada nas assembleias).